

**EDcl nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.440.012 - SP
(2019/0033994-8)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : MARCO ANTONIO ALVES GARCIA
EMBARGANTE : OSWALDO EGYDIO GONCALVES JUNIOR
ADVOGADO : SIMONE JEZIERSKI - SP238315
EMBARGADO : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : ANA PAULA ALMEIDA NAYA DE PAULA - DF022915
SÉRGIO SANTOS DO NASCIMENTO - SP305211
LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415
FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI - SP321754
CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - SP321744
JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA - SP357630
EMBARGADO : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADOS : ROBERTA DE ALENCAR LAMEIRO DA COSTA - DF017075
ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO BUENO - DF027450
CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET - SP104061
JULIANA FERNANDES MONTENEGRO - SP310794
RICARDO PACHECO MESQUITA DE FREITAS - DF044412
EMBARGADO : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EMPREGADOS EM
TELECOMUNICAÇÕES
ADVOGADOS : KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - SP178033
REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - SP257220
LUCIANO RANZANI TROGIANI - SP203756
THAIS DE MELO CHALES - SP411548
EMBARGADO : CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
ADVOGADO : MARCIO ANTONIO EBRAM VILELA - SP112922
ADVOGADOS : THIEMY CURSINO DE MOURA HIRYE QUERIDO - SP260550
TATIANE FERREIRA VIAGI QUERIDO GUIARD - SP373367
GLACIANE PEREIRA DOS SANTOS - SP369713

DECISÃO

Trata-se de novos embargos de declaração opostos por MARCO ANTONIO ALVES GARCIA e OSWALDO EGYDIO GONCALVES JUNIOR contra decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial.

Os embargantes reiteram as razões apresentadas nos embargos de declaração anteriores, aduzindo que há contradição no julgado, pois não existe um plano de saúde exclusivo para aposentados e outro para empregados ativos, mas, sim, um único plano de saúde, porém, com cobrança de valores diferenciados para ativos e inativos, sendo que

estes pagam valores abusivos.

Impugnações apresentadas.

Assim delimitada a questão, passo a decidir.

Da leitura da decisão embargada, verifica-se que as questões postas a julgamento foram devidamente apreciadas, no que foi pertinente e necessário, mediante fundamentação clara e suficiente sobre a causa, razão pela qual não identifico vício algum no julgado.

Realmente, constou da decisão embargada que "é válida a instituição de plano de saúde exclusivo para empregados aposentados e demitidos sem justa causa, para o qual poderá migrar o autor da ação, hipótese em que deverá arcar com a integralidade do pagamento referente ao plano de saúde, observando-se os reajustes e modificações do plano paradigma/reenquadrado" (e-STJ, fls. 6.291-6.292). Porém, o que, de fato, ficou decidido no julgado embargado é que, "a despeito de ser assegurado ao aposentado a manutenção no plano de saúde coletivo, com as mesmas condições de cobertura assistencial, desde que assuma o pagamento integral das contribuições, **o valor do prêmio poderá variar** conforme as alterações promovidas no plano paradigma" (e-STJ, fl. 6.294; grifei).

Assim, "mantidos a qualidade e o conteúdo de cobertura assistencial do plano de saúde, não há direito adquirido a modelo de custeio, podendo o estipulante e a operadora redesenharem o sistema para evitar o seu colapso (exceção da ruína), desde que não haja onerosidade excessiva ao consumidor ou a discriminação ao idoso" (REsp 1.479.420/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 11.9.2015).

Nesse contexto, não havendo vício a ser sanado, a decisão embargada não merece reparo algum.

Por fim, embora não vislumbre intuito manifestamente protelatório nos presentes embargos de declaração, advirto que o manejo de novo expediente, com tal finalidade, poderá ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora